

APONTAMENTOS INICIAIS ACERCA DA VILA DE ESTRELA/RS (1870-1900)

INITIAL NOTES ABOUT VILA DE ESTRELA/RS (1870-1900)

Gabriela Schmitt¹

RESUMO

Nesse artigo se busca elencar alguns apontamentos iniciais sobre a vila de Estrela/RS no período de 1870 até 1900, considerando seus precedentes e configurações iniciais, ressaltando que os resultados aqui dispostos são parte de um trabalho de pesquisa que originou um Trabalho de Conclusão de Curso. Para tanto, além de revisão de literatura foram empregados dados provenientes de construções de séries, baseados na metodologia serial, as fontes para tal empreendimento foram os inventários *post-mortem* do Cartório de Órfãos e Ausentes de Estrela, que estão alocados no Arquivo Público do Rio Grande do Sul (APERS). No desenvolvimento da escrita foi possível contactar definições e conceitos que auxiliaram na caracterização da região no período escolhido, ajustando a composição da constituição da vila. Além disso, as investigações de ordem teórica foram articuladas com os dados obtidos através da pesquisa com os documentos, descortinando um panorama sobre a região e trazendo informações, como em relação às localidades, à sociedade e economia e aos aspectos rurais e urbanos. Concluiu-se que a vila de Estrela passou por diversas experiências até sua constituição, desde a Fazenda Estrela, passando por seu loteamento colonial e posterior emancipação. Também se percebeu uma presença forte da elite local nas regiões de margem, fortificando as conexões com Porto Alegre, bem como, presença dos povos originários e escravizados. Há, portanto, uma diversidade de informações a ser exploradas, sendo parte delas aqui dispostas, mas com possibilidades de produções posteriores.

Palavras-chave: História Agrária. Vale do Taquari. Estrela.

ABSTRACT

This article seeks to list some initial notes about the village of Estrela / RS in the period from 1870 to 1900, considering its precedents and initial configurations, emphasizing that the results presented here are part of a research work that originated an Undergraduate thesis. For this purpose, in addition to the literature review, data from series constructions were used, based on the serial methodology, the sources for this undertaking were the post-mortem inventories of the Cartório de Órfãos e Absentes de Estrela, which are allocated in the Arquivo Público do (APERS). In the development of writing it was possible to contact definitions and concepts that helped in the characterization of the region in the chosen period, adjusting

¹ Licenciada e Bacharel em História na Universidade Federal de Santa Maria. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Email: schmitt.gabriela@hotmail.com.

the composition of the constitution of the village. In addition, the theoretical investigations were articulated with the data obtained through the research with the documents, unveiling an overview of the region and bringing information, such as in relation to localities, society and economy and rural and urban aspects. It was concluded that the village of Estrela went through several experiences until its constitution, from Fazenda Estrela, through its colonial subdivision and subsequent emancipation. There was also a strong presence of the local elite in the margin regions, strengthening connections with Porto Alegre, as well as the presence of native and enslaved peoples. There is, therefore, a diversity of information to be explored, part of which is displayed here, but with possibilities for later productions.

Keywords: *Agrarian History. Vale do Taquari. Estrela.*

INTRODUÇÃO

Este artigo se insere nos estudos sociais acerca do século XIX no Brasil, localizado no contexto da então Província de São Pedro do Rio Grande do Sul e nas particularidades da região que hoje compõe o Vale do Taquari, especialmente o município de Estrela. Já o recorte temporal compreenderá as décadas de 1870, 1880 e 1890, adensando as reflexões sobre os três primeiros decênios após a emancipação do município de Estrela da então Vila de São José do Taquari em 1876 e o contexto geral de fins do século XIX.

Partindo dessas colocações, a base de composição da pesquisa centrar-se-á no estudo da composição do município de Estrela, que, como supracitado é parte da fragmentação da então vila de São José do Taquari. Com isso, o recorte escolhido se dá a partir da divisão político-administrativa, sem desconsiderar as dinâmicas espaciais, territoriais e sociais associadas e as características holísticas desses processos.

Partindo desse recorte espaço-temporal, o eixo temático voltar-se-á para algumas temáticas específicas e suas inter-relações, quais sejam: apontamentos iniciais sobre as atividades econômicas, a infraestrutura, os grupos sociais e os espaços rurais e urbanos. Com isso, a pesquisa desdobra-se em algumas linhas gerais de concentração, especialmente dentro do contexto socioeconômico, a fim de endossar os estudos de base sobre o recorte escolhido.

As problemáticas de pesquisa que orientaram a construção das elaborações perscrutadas são as seguintes: Quais aspectos contribuem para pensar a composição do município de Estrela no recorte espaço-temporal proposto? Quais elementos da constituição do município podem auxiliar a compreender possíveis desigualdades sociais?

Essas questões foram motores dos objetivos do estudo que são os seguintes: perceber qual era o panorama geral do espaço geográfico (regional) escolhido e sócio-histórico, ou seja, como essa sociedade apresenta-se

historicamente; compreender os fenômenos sócio-históricos particulares, porém, deslocando essas compreensões para realidades ampliadas.

As fontes² de informação temporal centram-se na documentação conhecida como inventários *post-mortem*. Os inventários são os documentos produzidos após a morte dos sujeitos, a partir deles é possível ter acesso ao patrimônio possuído no momento da morte, sua distribuição entre os herdeiros e, por vezes, as últimas vontades, descritas nos testamentos.

O inventário enquanto fonte é espaço privilegiado de informações, já que apresenta registros de bens de diversas naturezas. Ainda assim, é importante frisar que se reconhecem as problemáticas provenientes de uma documentação que, ainda que possua viés oficial, está inserida em um contexto passível de erros, como omissão de bens, super ou subavaliações. Todavia, considerou-se que as vantagens em relação ao seu uso superam os riscos de não os considerar como fonte histórica genuína no recorte escolhido.

No que tange à metodologia a proposta para a pesquisa histórica, os dados para o artigo em questão são provenientes da metodologia serial, contendo também aspectos de análise qualitativa. A massa documental foi composta por 99 inventários provenientes do Cartório de Órfãos e Ausentes, que se encontram no Arquivo Público do Rio Grande do Sul (APERS)³.

Já as técnicas, fundamentais para a preparação de ordem prática, foram adequadas à natureza do objeto de investigação, sendo em boa parte, adaptadas de outras disciplinas. Assim, é possível destacar as técnicas de manejo com os documentos, desde a fotografia realizada no Arquivo Público do Rio Grande do Sul (APERS), passando pela a leitura dessa mesma documentação, com o auxílio da paleografia, até o uso do Microsoft Office Access para o gerenciamento de dados.

A representação dos acontecerá em forma de representações gráficas, percebendo suas relações e evolução temporal. Esses dispositivos não só serão importantes para a apresentação dos dados obtidos, como o processo de pesquisa, tendo em vista que dele serão extraídas perguntas que endossarão estudos posteriores.

2 Fonte como conceituada por BLOCH (2001, p. 54): “todo aquele material, instrumento ou ferramenta, símbolo ou discurso intelectual, que procede da criatividade humana, através do qual se pode inferir algo acerca de uma determinada situação social no tempo.”

3 Respectivamente, dos anos 1873, 1875, 1878, 1883, 1885, 1888, 1893, 1895 e 1898. Essa escolha se deu devido a maior recorrência de documentação nos anos terminados em 3 e 8, já que formam o quinquênio adequado para a construção de séries. Os anos terminados em 5 foram adicionados para expandir o volume de informações em cada década e por situarem-se no entremeio dos anos terminados em 3 e 8, visto que, a quantidade de inventários disponíveis por década não seria suficientemente expressiva para as proporções propostas.

Por fim, este artigo é parte das pesquisas realizadas para o Trabalho de Conclusão de Curso em História, no qual foi analisada a sociedade e a economia da região de Estrela em fins do século XIX. Portanto, as informações aqui apresentadas são apontamentos iniciais que serão mais bem aprofundados em pesquisas e publicações posteriores.

1 DE FAZENDA ESTRELA À SANTO ANTÔNIO DA ESTRELA

Nesse tópico será apresentado o percurso de desenvolvimento que transcorreu desde a criação da Fazenda Estrela em 1794 até a formação da colônia de Estrela, a partir do loteamento colonial ocorrido em 1856. Assim, uma pequena síntese das mudanças ocorridas auxiliará no entendimento acerca desses processos. Dessa forma, tem-se que após a criação da fazenda e seu loteamento colonial, a então vila de Santo Antônio de Estrela — formada a partir da dita colônia — se emancipa de Taquari em 20 de maio de 1876, ao passo que a instalação do município ocorre em 21 de fevereiro de 1882. Tal município foi declarado cidade com denominação de Estrela em 31 de março de 1938 (GREGORY, 2015). Dito isso, seguem os apontamentos acerca da ocupação sistemática ocorrida na região e seus desdobramentos.

Acerca da doação de sesmarias na região que viria compor a Fazenda Estrela, Gregory (2015) aponta que:

Os irmãos João Ignácio Teixeira e José Ignácio Teixeira, no ano de 1794 receberam por doação de sesmarias a Fazenda Estrela, sendo que aqueles que recebiam terras desta forma tinham como dever abrir estradas e construir pontes facilitando o transporte de matéria-prima, já que a fonte econômica da época era principalmente de madeira, pois diversificada era a flora da região. (GREGORY, 2015, p. 21-22).

O recebimento da Fazenda Estrela teria ocorrido em decorrência de trocas de favores para com a Corte no ano de 1794, sendo a localização privilegiada por encontrar-se às margens do rio Taquari, o que facilitaria o escoamento da produção. Territorialmente, as delimitações do atual município de Estrela conformavam-se a então existente Fazenda Estrela (1794-1856) que, entre seus proprietários, contou com o Coronel Victorino José Ribeiro. Os limites eram os que seguem: “ao norte o Arroio grande da Boa Vista, ao sul o Arroio do Ouro, a direita a fazenda dos Barros e a esquerda o rio Taquari.” (GREGORY, 2015, p. 24). Nas pesquisas de Vedoy (2015), esse autor indica algumas informações acerca da fazenda constantes no auto de medição da mesma:

Dizem o Coronel Vitorino José Ribeiro e sua mulher Dona Ana Emilia de Sampaio Ribeiro, que sendo eles legítimos senhores e possuidores de uma Fazenda de cultura e matos, denominada Estrella na qual residem, cita a margem esquerda do rio Taquary, neste município, contendo trez mil e nove centos braços de frente ao referido rio, e légoa e meia de fundos para essa, com divisas e confrontações indicados no respectivo Título de compra e confirmação que junto oferecem, cuja Fazenda a compra fizeram no ano de 1830 a José Inácio Teixeira Junior e sua mulher [...] (AUTO DE MEDIÇÃO de 1860, nº 12 *apud* VEDDY, 2015, p 52).

Acrescenta-se que diversas fazendas foram criadas na região do Vale do Taquari e geralmente não contavam com a presença dos proprietários, provenientes em geral, de outras regiões. Dentre essas se cita: Boa vista (atual Estrela); Santo Antônio e Beija Flor (atual Colinas); Demanda e São Gabriel (atual Cruzeiro do Sul); São Caetano (atual Arroio do Meio); Lajeado, Conventos e São Bento (atual Lajeado) (CHRISTILLINO, 2004).

Ao pesquisar documentos relacionados à Fazenda Estrela Gregory (2015) pontua que no momento da negociação esta teria 6:000:000 braços quadradas comportando vasta vegetação, com uma ampla qualidade de madeiras. Existiam, nesse período, duas sedes próximas ao rio, nas quais se abrigavam os proprietários, tornando plausível a constatação da importância da proximidade fluvial para o transporte de mercadorias e locomoção. As casas, construídas com pedras e tijolos, assoalhadas e envidraçadas, destoavam da maioria das construções de pau-a-pique e capim, demonstrando a superioridade econômica desse núcleo de povoamento.

Gregory (2015) também encontra em suas investigações indicações de que próximas às sedes havia um engenho de serrar tábuas e uma ferraria, além de cavalos e charretes. As vias de acesso da região já estavam sendo construídas e, por elas, encontram-se outras duas residências, uma casa coberta de tábuas na localidade Glória e uma residência junto às terras de campos e matos na localidade Glória e Santa Rita. É possível que nesses espaços residissem os escravizados da fazenda, que atuavam na extração de madeira que seria usada para a construção da casa dos imigrantes alemães, o que evidencia as ligações intrínsecas e estruturantes dessa sociedade.

Partindo desse espaço, realizaram-se as negociações com os imigrantes alemães que chegaram em 1856, caracterizando o expediente de formação de lotes coloniais. Nesse processo, a Fazenda Estrela esteve em mãos de três diferentes proprietários até ser dividida e negociada entre os supracitados imigrantes. Contudo, evidencia-se que foi na administração de Vitorino José Ribeiro que a propriedade se cristalizou como negócio imobiliário.

Victorino José Ribeiro aparece como Coronel e suplente na Legislação do Rio Grande do Sul, além disso, existem indicadores de prestígio e poder legados pela quantidade de posses territoriais de indivíduos no século XIX. Observa-se que esse terceiro proprietário, como os anteriores, foi morador de outras vilas, quais sejam, a de Taquari e Porto Alegre, e nas ditas propriedades usava mão-de-obra escravizada (GREGORY, 2015).

Victorino teria sido um homem com forte capital político-familiar “sendo que fora chefe de uma loja maçônica em Porto Alegre e o Vice-Consulado de Portugal na mesma cidade.” (GREGORY, 2015, p.25). Casou-se com Anna Emilia Sampaio Menna Barreto em 1827, viúva de José Luís Menna Barreto, rico estancieiro da região de Rio Pardo, além de coronel dos batalhões Imperiais, este faleceu em 1825 em uma batalha no Uruguai, restando quatro filhos desse casal. Ao casar-se, Victorino se torna tutor dos bens dos herdeiros de Anna Emilia e José Luís, o que favorece suas negociações, dentre essas, a permutação dos bens dos tutelados.

Algumas hipóteses sobre a formação da fazenda são de que teria sido erguida próxima ao Rio Taquari para facilitar o escoamento da produção. E as negociações de propriedade foram realizadas devido aos interesses da elite estancieira. Já a divisão em lotes para ocupação por imigrantes alemães teria ocorrido como desdobramento econômico posterior à Farroupilha, que teria atingido negativamente a fazenda (GREGORY, 2015).

Importa observar que a fazenda passa para as mãos de Victorino justamente no decorrer de processos como a Farroupilha, em 1835. As disputas territoriais associadas a locais próximos das bacias hidrográficas incidem, sobremaneira, nos esforços de fortificar as sedes das fazendas, nas quais habitavam pessoas ligadas à política e ao militarismo. Ainda assim, como informado por Christillino (2004) as tensões e conflitos intrínsecos à região eram evidentes, em 1840 um escravizado teria falecido em um ataque praticado por indígenas aos matos nos quais eram extraídas as madeiras.

Para o ano de 1836, Vedoy (2015) encontra uma correspondência que demonstra como a perseguição aos indígenas consolidou-se na Fazenda Estrela sob a administração de Victorino:

[...] e querendo mandar seguir a estes infieis receby ao mesmo tempo hum officio do Sr. Juiz Municipal para fazer seguir huma expedição de Cem. G. N. para se reunirem ao Tenente Coronel Antonio Manuel de Azambuja o9 me parece bastante difficil sahir este número de gente pella divergência de opinioens que ainda reina, e pella falta de disciplina nas Companhias que se escondem aos avisos e mesmo respei-

to a ameaças que tenho sofrido aqui com tiros de oras em roda da povoação a que não posso descobrir quem seja tendo sido em vão todas as diligencias a esse respeito, e como os comprometidos deste lugar ainda se achão escondidos ou pellos subúrbios desta Freguezia ou por districtos visinhos por avisos que tenho tido e que ainda tentão pela festa que esta mui próxima fazer reunioens para insultarem ou atacarem aos cidadãos legais desta Freguezia. Por estes motivos rogo a V. Ex. hum pedido de munições. Deus Guarde a V. Ex^a. (CORRESPONDENCIA de 19 de dezembro de 1836 *apud* VEDDY, 2015, p. 57).

No ano de 1845, outra correspondência é localizada tratando de supostas incursões indígenas, demonstrando as tensões geradas pelos contatos entre estancieiros, preocupados com as demarcações das fronteiras territoriais, e os Kaingang, lutando contra a gradual diminuição de seus territórios tradicionais:

Em resposta tenho significar-lhe que logo dei execução as ordens de V. S^a como se vê da cópia N^o 1, porem tendo apparecido os indígenas no dia 29 de Janeiro na Fazenda do cidadão Victorino José Ribeiro onde lhe assassinarão hum escravo que estava falquejando dezejava que alli fosse a entrada para serem perseguidos porem isto não se efectivou como se vê da cópia N^o 2 e eu nada pude fazer a bem da segurança daquella Fazenda e seus visinhos não só por que V. S^a se encarregou a perseguição dos selvagens ao Delegado do termo como porque houve falta de armamento e munição para semelhante diligencia. Não posso deixar de significar a V. S^a que não mi consta que este Distrito fosse invadido pelos selvagens, antes do dia 29 de Janeiro dia em que V. S^a datou seo Officio, e que a requisição foi feita por prevenção para guardar-se lugares que o ano passado forão amiaçados e que por isso fiquei privado de fazer a perseguição onde elles apparecerão por estar esperando que seria atendida a requisição que fis ao mesmo Delegado. V. S^a deve estar ao facto que os selvagens todos os veroens costumão descer a serra e atacar as habitações dos pacíficos moradores, não só deste districto como do Cahy, Santo Amaro e como ultimamente aconteeo nas Fazendas de Francisco Silvestre Ribeiro, Maria Francisca do Rosário, Amaro Rodrigue [...] (CORRESPONDÊNCIA de 15 de fevereiro de 1845 *apud* VEDDY, 2015, p. 59).

No ano de 1861 Victorino realizou dois processos de legitimação de

terras, um na já fundada colônia particular de imigração Estrela, contendo área de 10.122 hectares, utilizando títulos de concessões adquiridos junto de seus concessionários. Em seguida, entrou com pedido de medição de uma área com 500 hectares, proveniente de uma data de terras doada para Delfina Joana de Lima. Este pedido não foi inicialmente aceito, tendo em vista a transferência ter sido feita após a publicação do Regulamento da Lei de Terras, entretanto, o presidente da Província, Conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão, o aprova em 1862 (CHRISTILLINO, 2004).

No desenrolar desse processo, importa perceber algumas minúcias, já que houve um pedido de embargo por parte de Schilling e Cia, empresa colonizadora que foi responsável pela fundação da Colônia Teutônia, alegando avanço por suas terras, ainda que, nem tivessem sido citados como confrontantes. Assim, percebem-se as estratégias de Victorino ao assegurar partes de terras em detrimento dos confrontantes, já que, quando ocorreu a legitimação dos títulos na área, o mesmo já havia vendido 43 lotes coloniais (CHRISTILLINO, 2004).

Considerando os processos de legitimação nas áreas da fazenda Estrela, é importante perceber como esse espaço tem uma movimentação intensa no Vale do Taquari, tanto em relação dos Kaingang quanto em relação às expansões comerciais. As primeiras legitimações de terras no Vale do Taquari teriam ocorrido nos fundos da Fazenda Estrela, a fim de garantir as posses e expandir a colonização (CHRISTILLINO, 2004).

Economicamente, percebe-se que por volta de 1850 o Vale do Taquari alcançará certa proeminência, especialmente na extração de tábuas de pinho possuindo, então, 14 engenhos. As relações comerciais eram facilitadas pela proximidade de Porto Alegre “para onde as madeiras eram levadas amarradas pelas correntezas do Rio Taquari”. (CHRISTILLINO, 2004, p.37). A extração de erva-mate era importante para Santo Amaro, sendo o segundo produto em importância na região, ao passo que a extração de pedras de pedreiras ou das margens do rio ocupava o terceiro lugar. Além dessas, os cultivos de trigo, mandioca, feijão e milho eram importantes para subsistência e a criação de porcos, a partir dos quais se produzia a banha, óleo de origem animal.

Entretanto, Christillino (2010) aponta uma diminuição da extração de madeira na região já em 1854, em virtude do esgotamento provocado pela superexploração sem reflorestamento. Essa decadência segundo Gregory (2015) teria sido um dos motores da divisão da propriedade em lotes a serem vendidos aos imigrantes. Ainda que, nas décadas seguintes, a madeira continuasse a ser o produto de destaque para a região.

Outra face muito importante de se destacar dentro dos âmbitos so-

cioeconômicos é a presença de escravizados nos momentos de apropriações das terras por parte dos ocupantes da região no período que tange à presença portuguesa. Nesse sentido, pesquisas atuais questionam as visões que idealizam o Vale do Taquari como local no qual a escravidão teria inexistido. Pesquisando o inventário de José Victorino Ribeiro, Gregory (2015) realiza levantamentos acerca da população escravizada que compunha a Fazenda da Estrella. No total encontrou 10 indivíduos.

As ponderações realizadas sobre essa população dizem respeito à elevada idade dos escravizados no momento da avaliação dos bens do inventário, sublinhando-se aqui que os dados apresentados nas avaliações podem se constituir como aproximações e não fatos incontestáveis. Também se observa a presença de uma única mulher, o que pode indicar certa preferência pela mão-de-obra masculina para a exploração da madeira (GREGORY, 2015).

Dessa maneira, a maior lucratividade apresentada pela Fazenda Estrela teria sido nos últimos anos da administração de Victorino José Ribeiro, que soube equilibrar-se tanto nos períodos de exploração da madeira, quanto no momento de loteamento colonial. O montante mór do referido proprietário correspondeu à 75:000\$rs, sendo a fazenda um dos bens melhores avaliados (GREGORY, 2015).

Em Victorino José Ribeiro também é possível encontrar certo esforço de manutenção de poder local, já que além de manter-se por 26 anos na administração da fazenda, também criou um círculo familiar no local através do casamento de duas de suas filhas com proprietários vizinhos. Conforme Christillino (2004) Maria José Sampaio Ribeiro casou-se com o Tenente coronel Manoel Lopes Teixeira Júnior, proprietário da Fazenda Beija Flor e da Fazenda Santo Antonio. Já Eudorica Emilia de Sampaio Ribeiro casou-se com o Tenente Coronel Pedro Alvares Cabral da Silveira da Cunha Goldofim, também proprietário da região.

Gregory (2015) identifica Victorino e seus genros como pertencentes ao grupo dos coronéis, sobre o qual Felix (1987) diz se tratar de chefes políticos com poderes locais. Christillino (2010) ao se referir à Victorino no contexto da Farroupilha ressalta uma inicial neutralidade, que se modifica, quando da invasão de suas fazendas. Nesse momento, Victorino revida com cerca de 400 homens, dentre escravizados, vizinhos e agregados. Por esse contexto torna-se Tenente-coronel da Guarda Nacional em 1845. Ainda assim:

O período posterior a Revolução Farroupilha, continuou com problemas bastante semelhantes aos que os estancier-

ros e sesmeiros rio-grandenses enfrentavam na primeira metade do século XIX. No que se refere a Victorino José Ribeiro a situação não foi diferente, pois se por um lado, manteve-se em cargos públicos para conservar seu prestígio social, por outro lado, recorreu a divisão em lotes de parte da área da Fazenda da Estrella, já que a extração de madeira não era mais suficiente para garantir a continuidade de seu poder econômico. (GREGORY, 2015, p.38).

Nesse contexto, diversos processos se desenrolavam na Europa, provenientes do período posterior à desestruturação das antigas monarquias europeias, especialmente relacionados aos impactos da industrialização nas relações de trabalho e da dissolução de vínculos senhoriais. Esses processos refletiram nas modernizações que afetaram as produções artesanais, técnicas agrícolas e apropriações de terras, criando excedentes de trabalhadores nas cidades. Nas décadas de 1820 e 1830 essas problemáticas foram sentidas nos estados alemães, fragmentando o campesinato local e impulsionando a migração para a América.

Com isso, a imigração ganhou exponenciais motivações, estando o Brasil em uma das rotas mais visadas. Já em 1824 a província recebe os primeiros imigrantes de origem alemã:

Até a década de 1850, as extensões florestais do Vale do Taquari estavam praticamente abandonadas pelos seus primeiros concessionários, e a maioria das mesmas ainda não haviam sido doadas, constituindo as chamadas áreas devolutas. Mas estas terras, neste período, estavam localizadas entre as prósperas colônias imigrantes do Vale do Rio Caí e a Colônia de Santa Cruz no Vale do Rio Pardo. Ao passo que em sua direção se dirigia a expansão das colônias particulares de imigração, e diante dos investimentos realizados pelo Governo Provincial na colonização de terras por trabalhadores europeus, as áreas do Vale do Taquari sofreram uma grande valorização após o término da Revolução Farroupilha. (CHRISTILLINO, 2004, p.143).

No período da Farroupilha não houve distribuição de lotes coloniais, contudo, conforme a ocupação colonial se expandia, as áreas que eram vistas como “devolutas” eram apropriadas pelas elites locais, ou por comerciantes de Porto Alegre. Já a função desses espaços seria de produzir alimentos para o mercado interno e para as tropas do governo (CHRISTILLINO, 2004, p.145.). Ressaltando-se aqui o interesse das elites em iniciar a transição da mão-de-obra escravizada para a mão-de-obra livre.

Esse povoamento era também justificado pela “necessidade” de povoar territórios, tendo em vista os conflitos históricos do sul. Pretendia-se então aumentar a densidade demográfica, para também “estabelecer, nestas povoações, os mercenários militares tão úteis ao Batalhão do Imperador desde a Independência, para os quais se dispensaria o pagamento efetivo nos períodos de paz.”(CHRISTILLINO, 2004, p.147). Politicamente essas ocupações também seriam interessantes já que o elemento imigrante estaria disperso das lutas políticas, e com isso, mais predisposto às causas da Coroa, bem como, fazendo frente aos nacionais no meio rural. Tudo isso contornado por processos de favorecimento das elites agrárias e de políticas de branqueamento da população, considerando um contexto etnocêntrico e racista.

Com isso é possível pensar como se deu o avanço da fronteira agrária no Vale do Taquari, que teria ocorrido em dois momentos, primeiro com a “ação dos lavradores nacionais sobre as áreas florestais integrando-as economicamente ao mercado, e uma segunda com a colonização de imigrantes europeus, os quais intensificaram a estrutura e a dinâmica da primeira.”(CHRISTILLINO, 2004, p.162). As áreas povoadas por indígenas foram sistematicamente ocupadas por imigrantes, afastando-os e, por vezes, exterminando-os. Destacando a importância e resistência dessas populações, que atacavam e, por vezes, afastavam os elementos exógenos.

Partindo desses pressupostos, é possível visualizar em que contexto se deu a formação e a desagregação da Fazenda Estrela, considerando os interesses da Coroa, as tensões da província sulina e as pretensões dos líderes locais. No próximo tópico adentraremos nas experiências da vila de Estrela.

2 A VILA DE ESTRELA: CONFIGURAÇÕES E APONTAMENTOS INICIAIS

O que se entendeu como colônia da Estrela foi a formação ocorrida a partir de 8 de março de 1856, segundo dados obtidos por Gregory (2015), tendo seu caráter particular antecedido o oficial em consequência da expansão dos mercados de terra no Vale do Caí (CHRISTILLINO, 2004). A Fazenda Estrela, na margem esquerda do rio Taquari, e a Fazenda Conventos, na margem direita, foram negociadas por iniciativas particulares, considerando a adequação do solo para atividades agrícolas e pecuárias.

Importante perceber que o estabelecimento de lotes coloniais a ser negociados na região de Estrela não está isolado das dinâmicas que já eram estruturantes da região. Com isso, todos os desdobramentos sucedi-

dos foram frutos desses processos de apropriações que envolviam graus de interesses da elite local, provincial e imperial. Nesse contexto, a vila estava inserida nos mercados regionais já consolidados, englobando uma série complexa de colônias já formadas e em expansão. Fenômeno parecido ocorreu com a formação da colônia de Caxias do Sul no mesmo período, que se inseriu nos mercados já formados pelas colônias de Conde D'Eu e Dona Isabel (STORMOWSKI, 2005).

Assim, conforme estudos de Flores (2004) foi Antonio Victor Sampaio Menna Barreto, enteado de Victorino José Ribeiro, quem dividiu a propriedade da Fazenda Estrela, que foi povoada por migrantes de São Leopoldo. Ainda que, como constatado por Gregory (2015) tenha sido o próprio Victorino o primeiro a dividir a propriedade em lotes no ano de 1856. Informa-se sobre essa divisão que a fazenda fora dividida em 45 lotes coloniais, contendo todos casa de moradia e cultura.

Estrela, nesse contexto, abrangia uma série de outras colônias e picadas até o momento das respectivas emancipações, dessa forma, o presente estudo trouxe em sua massa documental os inventários *post-mortem* encontrados no então Cartório de Órfãos e Ausentes de Estrela. Para compreender como se estruturavam as sub-regiões e enriquecer o debate acerca das características locais, faz-se interessante perceber quais as localidades específicas nas quais viviam os inventariantes e as inventariantes de Estrela.

Ressalta-se, contudo, que tais apontamentos foram feitos através de leitura qualitativa das fontes, o que compreendeu considerações acerca dos endereços desses sujeitos, e também da localização das casas de moradia dos mesmos. Todavia, é importante lembrar que tais análises não são definitivas, nem esgotam a totalidade de possíveis localidades de Estrela em tal período, mas ajudam a delinear o perfil socioeconômico da região.

Tabela 1 – Localizações específicas que indicam provável residência dos inventariados

Localizações específicas	Quantidade de inventários
Arroio do Ouro	2
Boa Vista	4
Bom Retiro	1
Chacrinha	1
Colônia de Teutônia	20

Colônia Santa Emília	1
Conventos	2
Conventos Vermelhos	5
Corvo	2
Estrela	31
Linha Arroio Seco	1
Linha Nova Teutônia	1
Nova Alemanha	1
Picada Catharina	1
Picada Constança	1
Picada Delfina	1
Picada Frank	1
Picada Geraldo	1
Picada Glória	1
Picada Gluch	1
Picada Harmonia	2
Picada Hermann	2
Picada Krupp	1
Picada Lenz	2
Picada Novo Paraíso	2
Picada São José	1
Picada Schmitt	4
Picada Winck	2
Rincador	2
Santo Amaro	1
Santo Antônio	2
São Bento	1
Serrinha	1

Fonte: elaboração própria a partir de 99 inventários *post-mortem*, 1870-1900 (APERS).

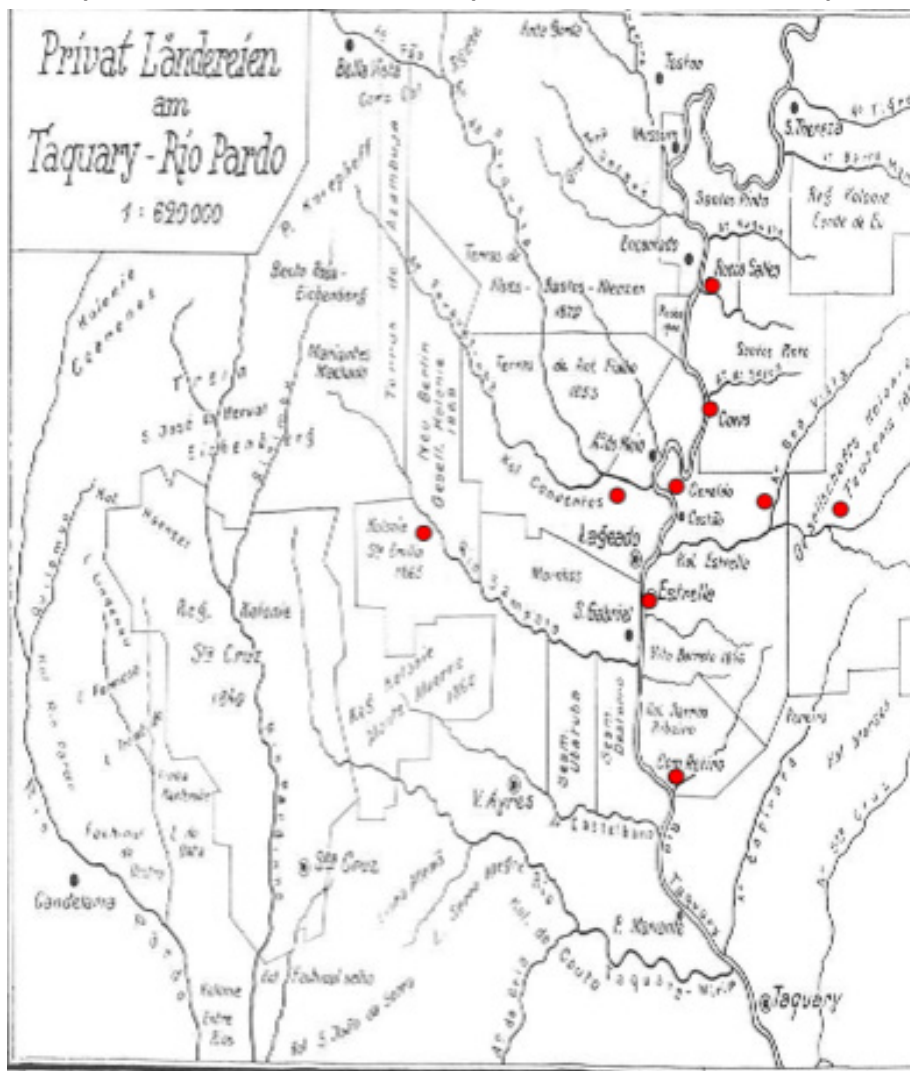
A leitura dos 99 inventários estudados traz um total de 35 localidades encontradas⁴, dessas, 2 possuíam já em seu título a designação de colônias, elemento que com o tempo será assimilado à designação de localidades rurais na região. Já 15 apresentam a designação de picada, termo que pode indicar locais florestais que foram “desbravados” para a construção de comunidades. Entre os endereços dos inventariados também se encontram os centros regionais, como Estrela e Santo Amaro.

Percebe-se através da quantia de inventários por localidade que 31 desses eram prováveis moradores do primeiro distrito de Estrela, ao passo que 20 eram prováveis moradores da colônia de Teutônia (atual Teutônia) e 5 eram moradores de Conventos Vermelhos (atual Roca Sales). Os outros 47 inventariados e inventariadas são prováveis moradores de uma série de localidades, linhas e picadas, tendo em vista a fragmentação que ocorre na distribuição de inventários por localidade.

Assim, o mapa a seguir ajuda a visualizar tais localizações, indicando quando possível, os possíveis endereços constantes nos inventários. Ainda que o mapa não dê conta de mostrar todas as subdivisões que foram encontradas nos inventários, uma consideração em particular pode ser feita. Tal consideração diz respeito ao fio condutor que o rio Taquari forma, interligando as comunidades que então compunham a vila de Estrela, bem como, a presença de afluentes próximos a todas as localidades destacadas. Por si só, tal visualização já demonstra como a escolha dos territórios a ser apropriados durante a colonização da margem esquerda (objeto do estudo), privilegiou esse aspecto natural.

4 Cabe salientar que até o momento não se encontrou uma pesquisa abrangente acerca de tais localidades, nem precisão quanto à quantidade de subdivisões que comportavam a vila de Estrela no período, apenas mapas indicativos.

Mapa 1 – Lotes coloniais formados próximos aos rios Pardo e Taquari



Fonte: elaboração própria a partir de CHRISTILLINO, Luís Cristiano. Litígios ao Sul do Império: a Lei de Terras e a consolidação política da Coroa (1850-1880). Tese (Doutorado) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

Ao estudar qualitativamente os inventários *post-mortem* dispostos para a pesquisa é possível encontrar nas localizações de bens de raiz algumas especificações acerca de terrenos e colônias que indicam uma proximidade efetiva ao rio. Essa característica fez com que, possivelmente, esse elemento, valorizasse e tornasse essas áreas preferenciais. Assim, seguem algumas informações que evidenciam tal apontamento.

Nossa primeira evidência encontra-se no inventário aberto em 1873 por Francisco José de Campos, agricultor e inventariante dos bens de seu irmão André Ferreira Guimarães. André, agricultor e carpinteiro, teria falecido no distrito de Santo Amaro, na fazenda São Gabriel, sendo solteiro, mas com uma herdeira menor de 15 anos. Anna Francisca de Jesus, sua filha, recebeu entre os bens deixados pela herança de seu pai um terreno na localidade São Bento, esse terreno possuía “200 braças de frente e fundos de légua e meia” (INVENTÁRIO POST-MORTEM, 1873, APERS). e estava disposto na margem direita do rio Taquari. Tendo em vista que o *monte-mór*⁵ do inventariado correspondeu a £905,414 e esse terreno foi avaliado em £672,000, percebe-se que tal terreno correspondeu à 74,2% do patrimônio total do inventariado.

Um caso parecido é encontrado no inventário aberto em 1878 por Catharina Caye viúva de Pedro Heberle, colono agricultor. Entre os bens inventariados encontram-se dois que possuem a mesma característica de proximidade ao rio Taquari. Trata-se de uma colônia na Picada Boa União, que possuía “152 braças de frente ao rio e fundos à Picada Travessão” (INVENTÁRIO POST-MORTEM, 1878, APERS)., e uma meia colônia na localidade Conventos, com área de “75 mil braças quadradas, fazendo frente ao rio Taquari e margem direita ao arroio Forqueta” (INVENTÁRIO POST-MORTEM, 1878, APERS).. A primeira foi avaliada em £152,000 e a segunda em £142,500, levando em conta que o *monte-mór* do inventariado correspondeu à £1013,940, essas duas propriedades representaram 29% do patrimônio do inventariado. Pedro possuía mais três bens de raiz e pelo menos um desses foi considerado urbano na presente pesquisa, a respeito dos outros dois não foi possível indicar que margeassem o rio, mas a proximidade ao mesmo é provável, tendo em vista que se tratava de propriedades eminentemente rurais e bem avaliadas.

Outra evidência é o caso de Adão Mallmann, que tendo falecido, teve seu inventário aberto pela viúva Maria Catharina Mallmann, no ano de 1885. O casal possuía terras em Arroio do Ouro, as delimitações eram as que seguem: “terras e matos, divide pelo lado de baixo com terras do Capitão Paulo Mallmann, pelo lado de cima com terras de Jacob Schossler, pelos fundos com terras do Coronel Antonio Victor de Sampaio Menna Barreto, e pela frente com o Rio Taquari.” (INVENTÁRIO POST-MORTEM, 1885, APERS). Neste caso, não há indicação da extensão da propriedade, contudo, possivelmente se tratava de um amplo lote, já que sua avaliação correspondeu à £770,833, propriedade com a maior avaliação entre os inventários

5 Patrimônio total avaliado no inventário *post-mortem*.

estudados para as décadas de 1870 e 1880⁶.

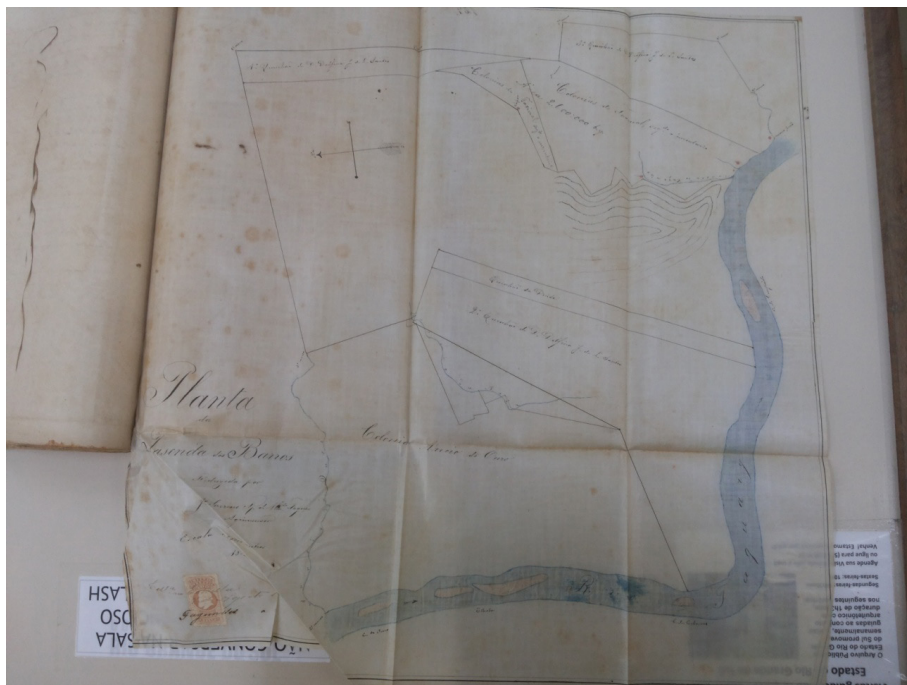
Adão Mallmann teve seu *monte-mór* avaliado em £2068,995, assim o terreno correspondeu à 37,25% desse patrimônio. Ainda relacionado ao caso de Adão, encontraram-se indícios sobre a posse de seu filho Henrique Mallmann, viúvo de Catharina Koch, que herda um “quinhão de terras sita na margem esquerda do Taquari no primeiro distrito da vila, com uma área superficial de 22.798 braças quadradas, pouco mais um menos, que lhe tocou em partilha do inventário do sogro Henrique Pedro Koch” (INVENTÁRIO POST-MORTEM, 1883, APERS). Tal quinhão foi avaliado em £49,270 e correspondeu à 28,8% do *monte-mór* da inventariada, que foi de apenas £170,82.

Já Carolina Koch, filha de Adão Mallmann e viúva de Henrique Jacob Koch, falecido em 31 de dezembro de 1887, herdou de seu pai parte das terras no Arroio do Ouro, que estão inclusas no *monte-mór* do inventário de seu marido. O patrimônio total avaliado de Henrique foi de 285,075, ao passo que essas terras foram avaliadas em £241,5, o que equivaleu à 84,7% do total. Compondo a vizinhança do Arroio do Ouro, encontravam-se as terras do falecido João Hass, que teve seu inventário aberto em 1888 pela viúva Ana Maria Hass. As confrontações eram as que seguem: “50 mil braças quadradas, pela frente com o Taquari, fundos com herdeiros Santos Guçima (?), norte com Luiz Augusto Koch, sul com Jori Meurer.” (INVENTÁRIO POST-MORTEM, 1888, APERS). O *monte-mór* de João Hass correspondeu à £761,775, ao passo que a propriedade no Arroio do Ouro foi avaliada em £262,5, o que equivaleu à 34,4% desse patrimônio.

No mapa a seguir, encontrado na planta da Fazenda dos Barros, anexado no inventário de Antônio Israel Ribeiro e Anna Martins Ribeiro aberto em 1880, é possível encontrar indicações acerca do local onde se encontrava a localidade de Arroio do Ouro (em destaque). Essa planta evidencia que efetivamente a localidade tinha o rio Taquari em uma das suas confrontações.

6 Visto que os indexadores para perceber a flutuação de câmbio do real baseado em médias anuais em pence inglês não foram localizados para a década de 1890.

Planta 1 – Localização de Arroio do Ouro



Fonte: elaboração própria a partir de Inventário *post-mortem*, 1880, APERS.

O Arroio do Ouro, nesse sentido aparece como uma região muito valorizada dentre as propriedades aqui destacadas. Com isso, para as décadas de 1870 e 1880, de um total de 42 inventários estudados, encontra-se que 61,9% não eram margeados pelo rio, ao passo que 14,2% não foram identificados e 19% tinham acesso direto. Importa destacar que tais observações comportam as informações descritas acerca dos bens de raiz nos inventários estudados, o que torna essa verificação uma amostragem do que pode ter ocorrido na região. Esses percentuais indicam, portanto, que as terras juntas ao rio possivelmente eram sim mais valorizadas e, consequentemente, ocupadas pelas elites locais. Tal ponto foi verificado, já que os possuidores dessas terras, além de possuírem o rio Taquari como fio condutor, tiveram também as maiores fortunas encontradas na amostragem⁷.

Além de localizar os possíveis locais nos quais os inventariados moravam e enriquecer o conhecimento acerca das subdivisões presentes na região e a provável valorização das regiões de margem, ao fazer uso de inventários *post-mortem* é possível acessar amostragens acerca de algumas

7 Todavia, esses resultados não serão empregados nesse artigo, podendo ser melhor discutidos em futuras publicações.

configurações do Vale no contexto que compreende as décadas de 1870, 1880 e 1890. Assim, logo após a efetiva emancipação da vila de Estrela de Taquari, percebe-se que a região continuou caracterizando-se como um espaço predominantemente rural.

As análises mostraram que 73,3% dos núcleos investigados apresentaram características rurais⁸, ao passo que 20,6% não foram identificados, muitos por se tratarem de Autos de Pobreza, e que somente 6% apresentaram-se como urbanos. Esses apontamentos levaram em conta elementos como localização, tipos de propriedades, presença expressiva – dentro dos parâmetros da região – de animais, além de instrumentos e equipamentos de trabalho.

Tabela 2 – Distribuição de inventários rurais e urbanos em Estrela por década (1870-1890)

	1870	1880	1890	Totais (1870-1890) (%)
Rurais	11	22	40	73,3%
Urbanos	0	2	4	6%
Não identificados	1	6	13	20,2%

Fonte: elaboração própria a partir de 99 Inventários *post-mortem* do Cartórios de Órfãos e Ausentes de Estrela (APERS)

Tal consideração implica algumas comparações com outra área da província, observando as devidas proporções. Se comparada a região de Pelotas a diferença entre núcleos rurais e urbanos é expressivo, tendo em vista que em Pelotas “[...] é possível que um índice próximo dos 40% ou 50% de moradores na cidade devesse ser a realidade pelotense entre as décadas de 1850 e 1880” (VARGAS, 2013, p. 159). É provável que tais índices sejam tão diversos por conta das próprias especificidades de cada região, visto que Pelotas alcança grandes poderes econômicos, tendo em vista o complexo charqueador, enquanto Estrela está, nesse momento, em processo de lotea-

⁸ Para fins metodológicos de análise qualitativa observou-se: ficha de bens de raiz; ficha de animais; ficha de cultura; ficha de mercadoria; ficha de instrumentos; ficha de equipamentos; ficha de dívida ativa e passiva.

mento colonial⁹. Contudo, a comparação se faz interessante, na medida em que, torna possível observar como duas regiões da província comportavam-se de maneira tão diversa dentro do mesmo recorte temporal.

Visualizar as categorias de propriedades encontradas para embasar tais apontamentos torna-se interessante, já que tal leitura aproxima o entendimento acerca do que se compreende como rural e do que se compreende por urbano em uma área que, como apontado, se analisada qualitativamente, aparece como predominantemente rural:

Tabela 3 – Tipos de propriedades em Estrela (1870-1890)

Tipos de propriedade	%
Terras/Terreno	38,3%
Lotes coloniais	28,2%
Meio lote colonial	15,1%
Sítio	1%
Moradia/Negócio	1%
Não identificados ¹⁰	16,4%
Total	100%

Fonte: elaboração própria a partir de 99 Inventários *post-mortem* dos cartórios de Estrela (APERS).

As categorias apresentadas não estão absolutamente desvinculadas uma da outra, tornando-se difícil a explicitação caso a caso do que representavam dentro dos respectivos inventários. Contudo, é importante visualizar que, se somadas às terras/terrenos, os lotes e meios lotes coloniais e os sítios, que apresentam características rurais, alcança-se 99% do total de tipos de propriedade da região, ao passo que somente 1% ficaria a cargo do que se entende como urbano representado pela categoria Moradia/Negócio. Contudo, tais apontamentos são somente um indício de como se estruturava a região, já que, diferentes tipos de atividades poderiam ser exercidas nesses núcleos.

Como apontado pelo estudo de Stormowski (2005) sobre a Colônia de Caxias do sul, os mercados locais são complexos, várias atividades manufatureiras, artesanais e comerciais podem compor o campo de possibi-

⁹ Importa destacar que não foram encontrados índices demográficos para a região de Estrela nesse período.

¹⁰ Não foi possível obter informações sobre propriedades nos Autos de Pobreza.

lidades de ação dentro de um determinado contexto. Ainda que, conforme Roche (1969) que observa aspectos da colonização alemã no Rio Grande do Sul, esta teria sido voltada especialmente para produção de bens de consumo não duráveis, segundo esse autor tal procedimento acontecia, na medida em que, esses colonos comerciavam em Porto Alegre os seus produtos, e compravam produtos para serem revendidos na região. Assim, a produção artesanal em núcleos menores de colonização poderia ter sido menor graças à concorrência dos produtos importados. Contudo, observa-se um exemplo do que pode ser compreendido como produção manufatureira para região de Estrela.

No ano de 1888 Carolina Hessel, viúva de Gustavo Hessel, inicia o inventário de seu falecido marido. Gustavo foi lido a partir da análise qualitativa de seu inventário como funileiro, já que possuía uma oficina com mais de 74 itens na ficha de instrumentos, dentre esses se cita: máquinas para arredondar folhas (provavelmente de alumínio) que continham o formato das letras do alfabeto de A até Z, além de diversos produtos constantes da sua produção na mesma oficina, são descritos, por exemplo, conchas de alumínio, latinhas para goiabada, funis para encher linguiça, cuscuzeira de alumínio e urinóis.

Este inventário se encontra entre os que representam as faixas mais ricas da região, além de urbano. Além desse caso, encontram-se mais três casos de produção artesanal voltadas para a carpintaria, um para marcenaria e um para serralheria. Desses, dois foram considerados urbanos, um rural e um não foi identificado dentro dessas categorias. Considerando a pouca presença de propriedades urbanas para a região, se pode perceber que, dentro dos apenas 6% de inventários considerados urbanos, em ao menos 3 desses existiam manufaturas ou produções artesanais. Apesar de não serem representativas dentro da amostragem, as informações constantes até aqui, não podem ser desconsideradas.

Stormowski (2005), ao estudar os livros de impostos, encontra para a colônia de Caxias do Sul quantidades expressivas de núcleos de produção artesanal, como serrarias, moinhos, alambiques, sapatarias e alfaiatarias. Para o caso de Estrela, as fontes aqui empregadas não dão conta de especificações muito amplas, que podem ser melhores desenvolvidas em estudos posteriores.

Por fim, considerando os elementos dispostos anteriormente, são esboçadas novas questões para debate, essas questões serão contempladas em produções posteriores, visando discutir como se inseriam socioeconomicamente os sujeitos presentes na pesquisa. Para tanto, serão analisadas tanto questões relativas à economia, quanto as desigualdades e as problemáticas entrelaçadas às suas vivências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As apreciações realizadas acerca da constituição de Estrela, considerando as diversas ocupações e configurações demonstraram a diversidade de acontecimentos e conformações ocorridas na região do Vale do Taquari, possibilitando relacionar com o contexto do próprio Rio Grande de São Pedro. Ademais, foi possível, através de revisão de literatura, conhecer os antecedentes da vila de Estrela, quais sejam, a Fazenda Estrela e a colônia de Estrela, compreendendo aspectos relevantes como as apropriações de terra, a presença dos povos originários e escravizados, bem como, as estruturas propostas pelas elites locais e provinciais.

Considerando a pouca produção científica a respeito da região, especialmente para o fim do século XIX, se endossou o debate com novas informações. Dessa forma, conheceu-se uma parte da diversidade de localidades estabelecidas naquele período. Além disso, também se observou que as regiões de margem foram ocupadas pelas elites regionais. Tal apontamento também oportunizou perceber a importância que as margens do rio Taquari tinham naquele período para o escoamento da produção, percebendo as conexões da região com Porto Alegre e uma crescente formação das elites regionais, o que incide nas desigualdades.

Essas visões mais panorâmicas propiciadas pelo estudo de base serial com os inventários *post-mortem* trouxeram informações acerca do caráter rural da região, ainda que, outros tipos de atividades pudessem ser caracterizadas a partir de aspectos urbanos, ou de modernização. Observa-se, a partir disso, que a região de Estrela possuía particularidades importantes, quando comparada a outras regiões da província.

Colocando em perspectiva os exemplos e apontamentos até aqui registrados percebe-se que a história social pode ser composta através de diversos meandros, já que se optou por considerar como relevantes aspectos dos inventários que poderiam passar despercebidos. Com isso, compreende-se que os estudos histórico-sociais demandam a observação de diversas dimensões da sociedade, como as conformações econômicas, as relações com os aspectos naturais e locais, a distribuição dos recursos e os aspectos culturais em construção. Salienta-se, com isso, que estudos de base são importantes para não enevoar as interpretações a partir de fenômenos isolados, e, sobretudo, para gerar perguntas acerca desses fenômenos.

Entende-se que a existência de fenômenos regionais específicos é fruto de relações entre grupos sociais distintos, ambientes diversos, organizações políticas e elementos culturais. Perceber que as terras que margeavam o rio no contexto de apropriações e loteamento colonial eram ocupadas, especialmente, pela elite regional implica compreender dimensões

sociais. Tais dimensões se associam com as conformações econômicas, predominantemente rurais e conectadas com a província através do rio, bem como, as relações com os aspectos naturais (rios, terras, etc.), a distribuição dos recursos, já que ao perceber a constituição de elites, também se evidencia a existência da pobreza e, conseqüentemente, das desigualdades sociais e, por fim, a construções de uma cultura local.¹¹

Há que se ressaltar que os processos que envolveram a formação do município de Estrela no fim do século XIX são complexos e podem ser observados a partir de temáticas específicas, a exemplo dos estudos sobre a imigração e o Pós-Abolição. Contudo, a produção acadêmica sobre a região não é expressiva, o que demanda aprofundamentos em diversos sentidos, como na construção de aspectos basilares. O presente estudo, portanto, é um desses esforços iniciais, além disso, por ser um artigo proveniente de parte de um trabalho, algumas considerações não puderam ser contempladas, esses elementos serão apresentados em publicações posteriores.

REFERÊNCIAS

- BLOCH, Marc Leopold B. *Apologia da história, ou, o ofício do historiador*. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- CHRISTILLINO, Luís Cristiano. *Litígios ao Sul do Império: a Lei de Terras e a consolidação política da Coroa (1850-1880)*. Tese (Doutorado) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.
- _____. *Estranhos em seu próprio chão: o processo de apropriações e expropriações de terras na província de São Pedro do Rio Grande do Sul (o Vale do Taquari no período de 1840-1889)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2004.
- _____. *A tensão nos ervais: a resistência dos homens livres e pobres frente ao avanço da imigração no rio grande do sul*. João Pessoa (UFPB): Saeculum. v.8, p. 143-160, jan/jun. 2008.
- FÉLIX, Otero Loiva. *Coronelismo, Borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

11 Aspectos bem trabalhados na vasta literatura sobre a Imigração e o Pós-Abolição. Ver: “VENDRAME, Maria Inês. O poder na aldeia: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre camponeses italianos (Brasil-Italia). São Leopoldo: Oijos, 2016.” e “ROSA, Marcus Vinicius Freitas da. Além da invisibilidade. História social do racismo em Porto Alegre durante o Pós-Abolição (1884-1918). Campinas: UNICAMP, Tese de doutorado em História, 2014.”

- FLORES, Hilda A. H. *História da imigração Alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST, 2004.
- GREGORY, Josemir José. *Fazenda da Estrella: um estudo de caso envolvendo posse territorial e negociações no sul do Brasil durante o século XIX*. 2015. Monografia (Graduação em História) - Universidade do Vale do Taquari UNIVATES, Lajeado, 2015.
- Inventários *post mortem* do Cartório de Órfãos e Ausentes de Estrela – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, todos constantes dos anos 1873, 1875/57, 1878, 1883, 1885, 1888, 1893, 1895 e 1898.
- ROCHE, Jean. *A colonização alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.
- STORMOWSKI, Marcia Sanocki. *Crescimento econômico e desigualdade social: o caso da ex-colônia Caxias – 1875-1910*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.
- VARGAS, Jonas M. *Pelas margens do Atlântico: um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de Charqueadas em Pelotas*. Tese (Doutorado em História), Rio de Janeiro: UFRJ, 2013.
- VEDOY, Moisés Ilair Blum. *Contatos interétnicos: sesmeiros, fazendeiros, imigrantes alemães e indígenas kaingang em territórios das bacias hidrográficas do Taquari-Antas e Caí*. Monografia (Graduação em História) - Universidade do Vale do Taquari UNIVATES, Lajeado, 2015.

Recebido em 08/06/2020

Aprovado em 09/11/2020